

# **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 575, DE 2010**

“Institui novas fontes de custeio para a manutenção da Seguridade Social, na forma do § 4º do art. 195 da Constituição, dispõe sobre a proteção contra a despedida arbitrária do empregado próximo à aposentadoria, e dá outras providências.”

**Autor:** Deputado PEPE VARGAS

**Relatora:** Deputada GORETE PEREIRA

### **I - RELATÓRIO**

A proposição submetida à nossa análise institui contribuição social incidente sobre o valor do aviso prévio indenizado, a ser paga pelo empregador e pelo empregado. Institui, também, contribuição incidente sobre o seguro-desemprego no percentual de 11%.

Tais contribuições são destinadas à manutenção da seguridade social.

Além disso, veda a despedida sem justa causa do empregado no período de doze meses anteriores à data em que completar os requisitos para a aposentadoria.

Caso haja a rescisão imotivada por iniciativa do empregador, o empregado pode ser reintegrado no emprego ou ser indenizado em valor equivalente ao que receberia se permanecesse trabalhando.

Os efeitos financeiros são produzidos a partir do primeiro dia em que o empregado se apresentar para o trabalho. Cessam tais efeitos quando completar o período necessário para a sua aposentadoria.

Seja o período indenizado ou remunerado com a contraprestação do serviço, sobre os valores pagos há incidência de imposto de renda, das contribuições para a Previdência Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

É devida a indenização de 40% calculada sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

São alteradas as Leis nº 7.998, de 1990, nº 8.212, de 1991, nº 8.213, de 1991, que dispõem, respectivamente, sobre seguro desemprego, Plano de Custeio e de Benefícios da Previdência Social, a fim de dispor sobre a contribuição incidente sobre o seguro desemprego.

A vigência da lei está prevista para a data de sua publicação, sendo que os efeitos somente serão produzidos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao nonagésimo dia posterior à publicação.

É o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

O presente projeto de lei complementar institui contribuições à Previdência Social, incidentes sobre o aviso prévio indenizado e o benefício do seguro-desemprego.

Em primeiro lugar, deve ser salientado que a natureza jurídica dessas verbas é incompatível com a incidência de contribuição previdenciária.

O aviso prévio indenizado não se enquadra na definição de remuneração, pois não é devido como contraprestação do serviço. Se o pré-aviso foi indenizado, não houve trabalho. É verba indenizatória e, portanto, não permite a incidência da contribuição proposta.

Nesse sentido tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

*“(...)As verbas de natureza salarial pagas ao empregado a título de auxílio-doença, salário-maternidade, adicionais noturno, de insalubridade, de periculosidade e horas-extras estão sujeitas à incidência de contribuição previdenciária. Já os valores pagos relativos ao auxílio-acidente, ao **aviso-prévio indenizado**, ao auxílio-creche, ao abono de férias e ao terço de férias indenizadas **não se sujeitam à incidência da exação**, tendo em conta o seu caráter indenizatório.(...)”* (Resp 973436/SC – Recurso Especial 2007/0165632-3, Relator Ministro José Delgado, Órgão Julgador – Primeira Turma, data do Julgamento 18/12/2007, data da Publicação/Fonte DJ 25/02/2008 p. 290)

E a ementa:

*“TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. **NÃO INCIDÊNCIA, POR SE TRATAR DE VERBA QUE NÃO SE DESTINA A RETRIBUIR TRABALHO, MAS A INDENIZAR.** PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.”* (Resp 1221665/PR, Recurso Especial 2010/0211433-0, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Órgão Julgador – Primeira Turma, data do julgamento 08/02/2011, data da publicação/Fonte DJ 23/02/2011)<sup>1</sup> (destacamos)

O benefício do seguro-desemprego, por outro lado, é devido durante o período em que o trabalhador não está empregado, é pago pelo Estado, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Destaque-se que o período do seguro-desemprego compreende o período de graça do segurado da previdência social. Assim, os requisitos cumpridos pelo empregado durante a vigência do contrato de trabalho permitem que usufrua, se for o caso, dos benefícios previdenciários.

Além disso, a instituição de nova contribuição aumenta o “custo Brasil”, majorando o custo da contratação da mão de obra, desestimulando a geração de empregos.

---

<sup>1</sup> Disponíveis no link <http://www.stj.jus.br>

O projeto de lei complementar em análise, também, estabelece novo tipo de estabilidade provisória para o trabalhador que esteja a doze meses de adquirir o direito à aposentadoria.

Entendemos que a medida é justa, pois protege o empregado contra a despedida sem justa causa quando está prestes à implementar as condições para receber o benefício previdenciário.

Deve ser lembrado que ainda há no país a discriminação contra pessoas mais velhas e que dificilmente um trabalhador em vias de se aposentar conseguiria um novo emprego.

Julgamos oportuna, no entanto, a apresentação de um substitutivo a fim de aprimorar a proposição original.

Assim, o empregado tem o dever de comunicar por escrito ao empregador o fato de ter adquirido a condição de portador de estabilidade provisória. Deve apresentar comprovante da Previdência Social quanto ao período que lhe resta para ter o direito à aposentadoria.

Caso ocorra a rescisão sem justa causa, o trabalhador pode, obviamente, postular a sua reintegração no emprego. No entanto, a decisão judicial pode ser proferida após ter se expirado o prazo da estabilidade. Assim, julgamos conveniente salientar que é devida indenização equivalente à sua remuneração. A estabilidade provisória assegurada aos trabalhadores urbanos e domésticos, conforme proposto, deve, ainda, ser estendida aos trabalhadores rurais, que não podem ser discriminados nesse aspecto e merecem a proteção.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 575, de 2010, nos termos do substitutivo.

Sala da Comissão, em        de abril de 2011.

Deputada GORETE PEREIRA  
Relatora

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 575, DE 2010**

Veda a despedida sem justa causa do trabalhador nos doze meses que antecedem a sua aposentadoria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedada a despedida sem justa causa do empregado nos doze meses anteriores à data em que satisfaça os requisitos para se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

§ 1º O empregado deve comunicar por escrito ao empregador ter adquirido a condição prevista no caput deste artigo.

§ 2º A comunicação prevista no § 1º deste artigo deve ser instruída com declaração emitida pela Previdência Social que comprove o período necessário para a aposentadoria.

Art. 2º Em caso de despedida sem justa causa de portador da estabilidade provisória prevista no art. 1º desta Lei, é devida indenização ao empregado no valor correspondente à remuneração de todo o período restante da estabilidade ou até a reintegração no emprego.

Parágrafo único. O empregador deve efetuar o recolhimento previdenciário, calculado mês a mês, acrescido dos encargos resultantes do pagamento em atraso na respectiva competência.

Art. 3º O disposto na presente lei estende-se aos empregados rurais e domésticos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de abril de 2011.

Deputada GORETE PEREIRA  
Relatora